

Um problema dramático

No desemprego quatro mil licenciados em História

Por Sérgio Mourão

Al estão eles, jovens, todos licenciados pelas universidades clássicas em História à procura do primeiro emprego. Cerca de 4000! Número de alcance dramático que poderia constituir uma verdadeira tragicomédia quanto à forma como durante os últimos anos o Estado intervencionista português tem cumprido à risca as tarefas programáticas consagradas no Art.º 81.º da Constituição, se não estivessem em causa as mais justas expectativas humanas que se consubstanciam no direito ao trabalho.

«O Primeiro Janeiro» foi, deste modo, contactado por duas comissões «ad hoc» de licenciados de História, respectivamente do Porto e de Coimbra.

Pela Comissão de Licenciados de História do Porto, compareceram Paula Manuela Costa Machado e José Manuel Queijo Barbosa, e pela Comissão de Coimbra, Lídia Soares São Miguel e João Manuel dos Santos.

— Enquanto os licenciados das universidades novas de Braga e de Évora — esclareceu um dos referidos elementos — gozam do privilégio de entrarem imediatamente no ensino oficial por disporem de estágio integrado na própria universidade, enquanto os cursos das universidades clássicas continuam a ser tratados como filhos não reconhecidos ou parentes pobres do nosso ensino.

E continua a expor o seu ponto de vista:

— Deste modo, a mesma categoria de grau académico não tem por parte do Estado um reconhecimento homogêneo para efeitos de profissionalização o que nos parece uma prática anticonstitucional, pois sentimo-nos, na qualidade de cidadãos com uma preparação científica adequada, desigualmente tratados em oportunidade de colocações, situação agravada pela circunstância dos cursos clássicos serem preferidos em relação aos ministrados nas universidades novas.

Uma profunda desilusão

Continuamos a ouvir as duas comissões «ad hoc», de Coimbra e

do Porto, tendo outro elemento declarado que os licenciados de História sentem uma profunda desilusão com a situação degradada dos quadros do nosso ensino, depois de terem usufruído de vários anos de trabalho científico e sofrido imensos sacrifícios humanos e materiais para acabarem os seus cursos.

— Quando nos foi prometido que a carreira docente iria ter incentivos e ser dignificada, chegámos à conclusão — disse o nosso interlocutor — que, ao longo destes anos, o nosso ensino enferma de males tradicionais, cada vez mais acentuados e graves.

E lembrou:

— O regime anterior foi permanentemente criticado por ter explorado nos quadros do nosso ensino uma mão-de-obra barata e mediocre e afinal de contas, depois de 25 de Abril, com o advento da democracia, verificamos que nada foi corrigido. Pelo contrário, a situação de exploração agravou-se mediante o aumento de professores a leccionar sem habilitação própria, as escandalosas acumulações do ensino oficial e particular, as baixas remunerações, principalmente dos professores que têm horários incompletos (há quem ganhe menos do que uma mulher a dia), sobreposição de horas extraordinárias e, finalmente, subida de vagas não declaradas pelos conselhos directivos, abrindo, deste modo, as portas a professores sem preparação académica.

E concluiu: — É evidente que todas estas anormalidades têm raízes mais profundas, nomeadamente a falta de estabelecimentos de ensino, a degradação e até ruína das escolas em funcionamento, bem como a falta de apoio científico nas zonas do interior.

«Somos autênticos saltimbancos do ensino»

Um elemento da Comissão do Porto acrescentou à situação caótica traçada pelo seu colega a carência de apoio humano e material à classe docente, sem qualquer garantia de continuidade da carreira profissional.

— Tal estado de coisas — disse — coloca-nos na situação de licenciados de segunda categoria e de cidadãos de segunda classe, se equiparados a outras licenciaturas.

Somos autênticos saltimbancos do ensino, sem o mínimo de condições para leccionarmos por terras do interior, embora se nos fosse proporcionada essa oportunidade e garantia como início de carreira, asseguramos que a agarraríamos com todas as nossas forças.

Finalmente, detectamos por essas escolas do País elevado número de alunos por turma o que é contra todas as regras pedagógicas e evita que sejam abertas vagas a professores que estão aptos a leccionar porque dispõem, como é o nosso caso, de preparação.

Deste modo, a juventude, que devia ser bem preparada, vai fatalmente encontrar sérias dificuldades no acesso às universidades e durante a formação dos respectivos cursos por falta de bases.

Frustração profissional em «casas de cultura»

Segundo foi ainda exposto pelos elementos das referidas

comissões de licenciados em História, o Decreto-Lei n.º 150-A/85 de 8 de Maio, sobre o processo de profissionalização dos professores, agravou ainda mais a situação.

Com efeito, aquele diploma estabelece que o actual modelo de profissionalização exige 3 anos sucessivos de colocação na 1.ª fase para se poder candidatar à efectivação.

Para lá da dificuldade de se obter esse tempo integral de serviço, a concorrência das Escolas Superiores de Educação e das Universidades Novas retira toda a possibilidade aos alunos das Universidades clássicas de conseguirem iniciar a sua carreira docente com um mínimo de garantia.

Entretanto, alheias a esta problemática que destrói imensas perspectivas e justas aspirações — acentuou um dos elementos das comissões — as entidades responsáveis pelos cursos clássicos, com o beneplácito dos sucessivos ministérios, continuam a abrir as portas aos alunos que, aliciados por uma profissão nobre, verificam no termo dos seus cursos que andaram a frequentar «casas de cultura» e que as suas perspectivas profissionais foram totalmente frustradas.

E concluiu:

— O resultado de toda esta farsa está à vista: cerca de 4000 desempregados em licenciatura de História, abrangendo as especialidades de Arte e de Arqueologia. Um conjunto de imensas potencialidades científicas que, em plena integração europeia, está completamente votada ao ostracismo pelas entidades de educação e de cultura do País. E, por isso, que os jovens se sentem cada vez mais emparedados nas fronteiras da sua pátria e se interrogam sobre o seu incerto futuro.

Da crítica às soluções: a reestruturação universitária

— Se nos perguntarem quais as melhores soluções, pensamos que passam necessariamente pela reestruturação das universidades clássicas, muito em especial as faculdades mais atingidas como é o caso da Faculdade de Letras no que respeita ao seu curso de História.

Por outro lado, não se pode continuar a admitir que o curso de História não tenha uma estrutura igual, em termos de oportunidade profissional, ao curso das universidades novas e das escolas superiores de educação. De outro modo, continuaremos a assistir a desigualdades gritantes que em nada dignificam as instituições democráticas e colocam o nosso ensino nas fronteiras do terceiro mundo.

Os elementos das comissões do Porto e de Coimbra pensam que, para combater o desemprego generalizado no curso de História, tem de se aplicar imediatamente uma solução transitória, mediante a frequência de cadeiras de âmbito psicopedagógico, de forma a colocar os licenciados das universidades clássicas em

pé de igualdade com os colegas das universidades novas.

— Este ponto é para nós — acentuou um dos membros da Comissão de Coimbra — um princípio de justiça social e simultaneamente um direito constitucional que nos assiste à igualdade de tratamento como cidadãos.

A redução substancial da frequência do curso de História em todas as universidades do País, mediante controlo ministerial, ajustando as necessidades do ensino às respectivas formaturas.

A urgência de abertura de novas perspectivas profissionalizantes foi também salientada, nomeadamente na investigação científica, na actuação directa em defesa da cultura e do património artístico, museológico, arquivístico e outras actividades complementares.

— É de salientar — referiu um dos interlocutores — que estas perspectivas profissionalizantes encontram-se no horizonte zero face às carências que o país atravessa, distanciando-nos cada vez mais da comunidade em que estamos inseridos. Na Europa, por exemplo, o avanço didáctico já alargou a escolaridade obrigatória ao 9.º ano e nos países nórdicos ao 11.º ano.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Mercado de trabalho

